REPÚBLICA DE ANGOLA

Ministério dos Transportes
Agência Marítima Nacional

Ponto de Situação da Preparação da Auditoria obrigatória da OMI – 2025

A **auditoria obrigatória da Organização Marítima Internacional (OMI)** é um processo essencial para avaliar a conformidade dos Estados membros com as convenções e normas internacionais que regulam a segurança marítima, a protecção ambiental e a segurança das operações portuárias. Em 2014, a República de Angola voluntariamente se submeteu a uma auditoria da OMI. Durante essa auditoria, foram identificadas diversas áreas de melhoria, especialmente no que diz respeito à implementação dos **instrumentos obrigatórios da OMI**, como as convenções **SOLAS, MARPOL e STCW**.

Após essa auditoria voluntária, foram feitas **recomendações no relatório** sobre as lacunas detectadas, e não uma correção directa das falhas. O foco estava em como atender às **recomendações** para melhorar a conformidade do país com as normas internacionais da OMI. No entanto, ao longo da última década, as acções correctivas sugeridas pelas recomendações não foram implementadas de forma satisfatória, o que comprometeu a evolução do sector.

A **Resolução A.1070(28)** da Organização Marítima Internacional (IMO), adotada em **2013**, estabeleceu o **Esquema de Auditoria dos Estados-Membros (IMSAS)**. Embora tenha sido adoptada em 2013, a obrigatoriedade do IMSAS começou a ser efectiva a partir de **2016**. Esta resolução foi um marco significativo na implementação das auditorias periódicas aos Estados-Membros da IMO para garantir a aplicação adequada dos instrumentos e convenções internacionais no sector marítimo.

Criação do Grupo de Trabalho Multisectorial

Para garantir que a preparação para a auditoria seja eficaz, foi criado um **grupo de trabalho multisectorial** através do **Despacho n.º 23/24 de 28 de fevereiro de 2024**, composto por diversos ministérios responsáveis pelo mar e pelas actividades marítimas em Angola, nomeadamente:

- **Ministério dos Transportes** (responsável pela coordenação da AMN).
- **Ministério do Ambiente.**
- **Ministério dos Recursos Minerais, Petróleos e Gás**
- **Ministério da Defesa Nacional, Antigos Combatentes e veteranos da Pátria .**
- **Ministério das Relações Exteriores.**
- **Ministério da Administração do Território.**
- **Ministério da Saúde.**
- **Ministério do Interior.**
- **Ministério das Pescas e Recursos Marinhos .**
- **Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.**

Este grupo multisectorial tem como principal missão garantir que todas as questões da auditoria sejam abordadas, desde o cumprimento das normas internacionais até a segurança e a preservação ambiental, com a coordenação entre os diversos ministérios envolvidos.

Parceria Estratégica com a Lloyd's Register

Para apoiar a preparação, a AMN firmou em 2024 uma **parceria estratégica com a Lloyd's Register**, uma das entidades mais respeitadas mundialmente na área de classificação e conformidade . tendo em conta a vasta experiência da Lloyd's Register foi realizada dc uma **análise detalhada do setor marítimo e portuário de Angola**, com a produção de um **relatório de lacunas**. Este relatório espelhou de forma ampla uma visão actualizada do estado do sector, destacando pontos críticos, como:

2 / 4

- **Desactualização do quadro legislativo** em relação às convenções internacionais da OMI.
- **Deficiências no quadro técnico**, principalmente em termos de capacitação profissional e recursos humanos qualificados.

Com base nas recomendações do relatório da auditoria voluntária de 2014 e no diagnóstico feito pela Lloyd's Register, foi elaborada uma **estratégia para implementação** dos instrumentos obrigatórios, no âmbito do **parágrafo 3 do Código III da OMI**, focando na **implementação efectiva dos instrumentos obrigatórios da OMI**.

No âmbito da preparação para a auditoria obrigatória IMSAS e da parceria estratégica estabelecida com a Lloyd's Register, foram promovidas diversas formações técnicas que contaram com a participação activa dos pontos focais designados dos diferentes departamentos ministeriais com responsabilidade no domínio marítimo, das empresas portuárias e de outras entidades do sector.

Estas acções de capacitação tiveram como objectivo reforçar o conhecimento técnico e a aplicação prática das normas e convenções da Organização Marítima Internacional (OMI), com especial enfoque na implementação dos instrumentos obrigatórios. Entre as iniciativas realizadas, destacam-se os workshops técnicos e sessões de formação especializada, que incluíram exercícios práticos e simulações de verificação da conformidade, tendo envolvido aproximadamente 150 participantes. Estas actividades contribuíram para o fortalecimento da capacidade institucional dos intervenientes, para a uniformização e a consolidação de uma abordagem integrada e colaborativa entre todos os actores do setor marítimo nacional.

Objectivo da Auditoria e da Conferência Nacional

O **objectivo principal da auditoria obrigatória da OMI** é garantir que Angola esteja plenamente em conformidade com as convenções internacionais da OMI..

Esta **Conferência Nacional** sobre a auditoria tem o objectivo de reunir todas as partes interessadas para discutir as estratégias de preparação para a auditoria obrigatória e fortalecer as sinergias entre os diversos ministérios e entidades. Aqui pretendemos, abordar as melhores práticas, os avanços na implementações dos instrumentos/ convenções OMI e os passos seguintes para assegurar que o sector marítimo e portuário de Angola esteja preparado face a auditoria.

O impacto esperado da auditoria, com a implementação das recomendações e da estratégia estabelecida, inclui:

- **Atracção de investimentos no sector marítimo**, promovendo a **consolidação da economia azul**.
- **Transformação da AMN em um regulador efectivo**, capaz de garantir a segurança nas operações marítimas e portuárias, a protecção do meio ambiente e a salvaguarda da vida no mar.

Ao final do processo, espera-se que Angola tenha um sector marítimo e portuário mais seguro, eficiente e alinhado com os padrões internacionais, o que não só contribuirá para o crescimento sustentável do país, mas também fortalecerá sua posição no contexto marítimo internacional.